

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



EDGAR LISBOA/ESPECIAL/JC

Prefeitos discutem precarização

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB, ao centro na foto), abriu ontem na Câmara dos Deputados, em Brasília, o seminário “Subfinanciamento e precarização dos serviços nos municípios”, promovido pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). O encontro reuniu prefeitos, parlamentares, acadêmicos e especialistas para discutir a crescente pressão fiscal enfrentada pelas cidades brasileiras e os impactos diretos na oferta de serviços públicos. Recém-eleito para presidir a entidade municipalista, Melo assume o comando da FNP hoje, após a saída do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que deixou o cargo na entidade para disputar novas responsabilidades políticas.

Federalismo em debate

Na abertura do seminário, Melo afirmou que o principal tema em discussão é a estrutura do federalismo brasileiro, que, segundo ele, mantém uma lógica de distribuição de recursos incompatível com a realidade atual. “O tema central é o federalismo brasileiro, que é completamente distorcido. A estrutura fiscal nasceu na década de 1960 e praticamente não mudou, enquanto as cidades mudaram profundamente.”

Redistribuição de receitas

Melo destacou que o crescimento populacional, a expansão urbana e a ampliação das responsabilidades municipais não foram acompanhados pela redistribuição de receitas. “O dinheiro hoje está na contramão para dezenas de municípios, considerando o número de habitantes. O assunto precisa ser enfrentado gradativamente, com comparação política.”

Pressão sobre os serviços públicos

No encontro, prefeitos e especialistas apontaram que o subfinanciamento tem provocado a precarização de serviços essenciais administrados pelas prefeituras. Entre as áreas mais pressionadas estão: saúde, especialmente com o aumento da demanda por atendimentos de média complexidade; educação básica, cuja manutenção depende fortemente de recursos municipais; transporte público urbano, que enfrenta queda de arrecadação e aumento de custos; habitação e infraestrutura urbana, que exigem investimentos constantes; assistência social, pressionada pelo crescimento da vulnerabilidade econômica.

Governador gaúcho

A Comissão do Crime Organizado do Senado segue ouvindo autoridades e especialistas. Hoje, o governador do RS, Eduardo Leite (PSD), vai apresentar aos senadores, experiências adotadas no Estado no combate à criminalidade e no enfrentamento ao crime organizado.

Fachin pede distanciamento de juízes ‘das partes e interesses’

Declaração ocorreu em reunião com presidentes de tribunais superiores

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Em meio à crise de imagem do Supremo Tribunal Federal (STF) devido às repercussões da investigação sobre o Banco Master, o presidente da corte, Edson Fachin, defendeu que magistrados atuem com “saúdavel distanciamento das partes e dos interesses em jogo”.

A declaração ocorreu ontem durante reunião com presidentes de tribunais superiores e de tribunais de segunda instância. Fachin não citou o inquérito sobre as fraudes nem os desgastes que atingem atualmente o ministro Alexandre de Moraes.

“No nosso país, o saúdavel distanciamento que mantemos das partes e dos interesses em jogo é o que permite, na prática, um mínimo de justiça social. A imparcialidade não é frieza, é condição de possibilidade da equidade”, afirmou.

“Enquanto ainda não tivermos o mundo que almejamos, precisaremos de juízes e juízes que tenham condições reais de garantir a lei para todos. Para todos, sem exceção”, frisou o presidente



CARLOS MOURA/SCO/STF/JC

Ministro enfatizou orientação de conduta, sem citar caso do Banco Master

do Supremo.

Segundo ele, a Justiça não pode ficar “aprisionada em interesses paroquiais, conveniências econômicas ou cálculos políticos”. As decisões judiciais, continuou o ministro, devem ser sempre fundamentadas e “capazes de sobreviver ao mais impiedoso exame público”.

Na semana passada, vieram à tona mensagens trocadas por Moraes e o empresário Daniel Vorca-

ro, dono do Banco Master, no dia em que este foi preso pela primeira vez. O ministro nega ter recebido as mensagens.

Soma-se ao desgaste o contrato de R\$ 3,6 milhões mensais que a advogada Viviane Barci, esposa de Moraes, firmou com o banco para representar os interesses da instituição financeira na Justiça. O escritório diz que nunca conduziu causa perante o Supremo.

Penduricalhos salariais também foram discutidos

No evento de ontem, Fachin também mencionou o debate sobre os penduricalhos salariais. De acordo com o presidente do STF, os juízes brasileiros “não podem ser mal remunerados”, mas qualquer pagamento deve estar amparado pela Constituição Federal. “Sabemos que esse encontro acontece em um momento de tensão”, admitiu. Ele afirmou que juízes “têm direito à proteção contra o aumento do custo de vida e merecem o prestígio do valor que os orienta: a lei, a razão e a justiça”. Disse, porém, que os privilé-

gios funcionais da categoria “só se sustentam enquanto existir confiança pública”.

“Há um debate em curso sobre remuneração, sobre benefícios e sobre o que a Constituição permite e o que ela veda. Não vim aqui para impor conclusões, e sei que há posições jurídicas legítimas a serem debatidas pelas vias adequadas. Mas vim dizer, com o respeito que cada um merece, que o Judiciário não pode sair deste momento menor do que entrou.” O ministro destacou que “não pode haver margem para

dúvidas” da sociedade sobre a atuação dos juízes brasileiros. “Não porque nos observam, mas porque é o que somos. A abertura e a permeabilidade ao escrutínio público não enfraquecem a magistratura.”

Ele afirmou ainda que é preciso começar a construir o futuro do Judiciário agora, “com o nosso exemplo”. Fachin corte citou “pesquisas institucionais e acadêmicas” que revelam os principais anseios da sociedade em relação ao Judiciário: justiça mais rápida e eficiente, fim dos privilégios e mais transparência.

Bolsonaro pede para receber assessor de Trump na prisão

/ JUSTIÇA

O ex-presidente Jair Bolsonaro pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para receber a visita de Darren Beattie, assessor do governo dos Estados Unidos, na prisão.

Aliado do presidente Donald Trump, Beattie trabalha para o Departamento de Estado norte-americano e é responsável pelos assun-

tos ligados ao Brasil.

No pedido de autorização encaminhado ao Supremo, a defesa de Bolsonaro pediu que a visita seja realizada na próxima segunda-feira, no período da manhã, ou na terça-feira, datas em que o assessor estará em visita oficial ao Brasil. A entrada de um tradutor na prisão também foi solicitada.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, vai deci-

dir a questão.

Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão na ação penal dos atos do 8 de janeiro e cumpre pena no 19º Batalhão da Polícia Militar, localizado dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

O local é conhecido como Papudinha e é destinado a presos especiais, como policiais, advogados e juízes.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323